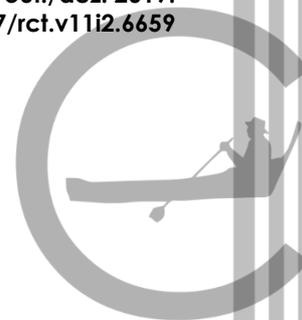


ENTRE DIFERENÇAS E DESIGUALDADES: O PROTAGONISMO DAS PRIMEIRAS ATLETAS OLÍMPICAS NEGRAS DO BRASIL



Cláudia Maria de Farias¹

Resumo

O trabalho reafirma a importância dos estudos de gênero para a compreensão dos processos históricos contemporâneos através dos quais se deram a inserção, a permanência e a ampliação da participação das mulheres no campo esportivo brasileiro, entre os anos 1940 e 1950. Através das narrativas orais de duas atletas negras – Melânia Luz e Deise Jurdelina de Castro –, pioneiras em Olimpíadas, representando o Brasil, são examinadas as múltiplas interseções do gênero com outros componentes de diferenciação social, como classe, raça/etnia e geração, fundamentais para a reconstrução do protagonismo dessas mulheres negras durante o pós-abolição, bem como das suas experiências, projetos, carreiras, memórias e trajetórias de vida.

Palavras chaves: atletas negras; relações raciais e de gênero no atletismo; emancipação de mulheres negras.

Abstract

This investigation reaffirms the relevance of the gender studies to the understanding of the contemporary historical processes in which women appeared, remained and grew participation in Brazilian sports field between 1940 and 1950. Through the oral narratives of two black women athletes – Melânia Luz e Deise Jurdelina de Castro –, pioneers in Olympics, representing Brazil, are observed the multiple intersections of gender with the other components of social differentiation as class, race/ethnics and generation, fundamental for the reconstruction of the protagonism of these black women during the post abolition period, such as their experiences, projects, careers, memories and life trajectories.

Keywords: black women athletes; race and gender relations in athletics; Feminine emancipation of black women.

¹ Professora de História da Universidade Estácio de Sá-RJ.



Como reflexo da ampliação dos horizontes da pesquisa em História nas décadas de 1970/80 – favorecida pelo *boom* da história cultural e da micro-história – e dos debates instalados no interior do próprio movimento feminista nesse contexto, a categoria *gênero* surgiu como “uma maneira de indicar as *construções sociais*: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”, refutando, portanto, as explicações biológicas que legitimavam o caráter essencialista, a-histórico, fixo e permanente da diferença e hierarquização entre os sexos.² Conforme afirma a historiadora Racquel Soihet, ao sublinhar o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, na medida em que a compreensão de qualquer um dos dois não pode ser realizada em separado, bem como reavaliar a perspectiva dos enfoques que enfatizavam a vitimização ou a rebeldia feminina, a questão do gênero contribui sobremaneira para se buscar a complexidade da atuação das mulheres, introduzindo também as diferenças, os conflitos e os deslocamentos de poder provocados pelas articulações com outras categorias, como classe, raça/etnia e geração, entre outras.³ Assim, a fragmentação de uma identidade universal entre as mulheres pôde revelar outras relações sociais de hierarquização e dominação, para além das divisões de poder entre os sexos.⁴ Segundo as historiadoras Rachel Soihet e Joana Pedro,

“inúmeras foram as contradições que se manifestaram, demonstrando a impossibilidade de se pensar uma identidade comum...de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra, em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades.”⁵

Com efeito, as contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista deram lugar às pesquisas de novos temas ligados ao cotidiano, à sexualidade feminina e às suas diversas formas de atuação no espaço privado e público. Para rastrear as dimensões do mundo feminino, por tanto tempo ocultas, a abordagem biográfica e a conseqüente valorização de experiências individuais para a compreensão do passado despertaram, assim, um crescente interesse entre os historiadores. Alimentada por uma renovação da história política, que se despiu do caráter positivista, puramente

² Cf. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: *SOS CORPO*, abril de 1996, 3ª edição, mimeo.

³ SOIHET, Racquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 1997. p. 277-79

⁴ COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha e SOIHET, Racquel. (orgs.). *O ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, p. 196

⁵ SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, n.54, vol.27, jul-dez 2007, p. 287



cronológico e narrativo dos “feitos dos grandes homens”, a redescoberta da biografia, de acordo com Sabina Loriga, remeteu principalmente a experiências no campo da história atentas a outras subjetividades, como a história oral, os estudos sobre cultura popular e a história das mulheres. Assim, “o desejo de estender o campo da história, de trazer para o primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico. Juntamente com as biografias e autobiografias, o “fascínio pelo vivido” ganhou uma nova dimensão, pois permitiu ao historiador reconstituir importantes fenômenos do *tempo presente*, uma vez que ao lidar com a vivência de um indivíduo, seja através da publicação espontânea de memórias ou a partir das interrogações realizadas numa entrevista, revela-se o que é inacessível nos arquivos: a visão contemporânea da testemunha (do momento em que fala) sobre os fatos estudados.⁶ Assim, na narrativa oral, a memória de um indivíduo – único e singular – sobre determinados acontecimentos e conjunturas é valorizada como “elemento constitutivo da sua identidade, na medida em que é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”⁷

As considerações aqui apresentadas, em torno dos processos sociais de construção de memórias e identidades individuais/coletivas são, portanto, fundamentais para a compreensão das trajetórias de vida de duas atletas brasileiras que entrevistei em 2009: Melânia Luz e Deise Jurdelina de Castro – primeiras representantes negras do Brasil nas Olimpíadas de 1948 e 1952, respectivamente, nas modalidades de 200 m e salto em altura, decorridos 60 anos do pós-abolição.

Melânia Luz nasceu em 1928 e cresceu em São Paulo, no bairro de Santana. Sua família era de classe média: a mãe, dona de casa e o pai, militar, tiveram um casal de filhos. Melânia começou a praticar esportes aproximadamente aos 17 anos, em 1945. Na época, a família morava no Canindé, bairro onde se localizava a primeira sede do São Paulo Futebol Clube (SPFC).⁸ Foi lá que Melânia se iniciou no atletismo. Na verdade, ela foi a primeira mulher pertencente ao quadro de atletismo do São Paulo, composto apenas por homens, até então.⁹ Tão logo começou a ser treinada pelo técnico Dietrich Gerner –

⁶ ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína(orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 98

⁷ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

⁸ Atualmente, o local é a sede da Associação Portuguesa de Desportos, cf. NICOLINI, Henrique. *Tietê, o rio do esporte*. São Paulo: Phorte Editora, 2001, p. 340

⁹ Cf. SCHUMACHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. Suor e raça a caminho do pódio. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007, p. 465



membro remanescente da antiga Associação Alemã de Esportes, que vendeu seu terreno posteriormente para o São Paulo Futebol Clube –, a velocista se tornou “recordista brasileira jovem de 50 metros rasos”. Em 1946, no Troféu Brasil, consagrou-se campeã dos 200 metros e vice-campeã dos 100 metros rasos. Um ano depois, obteve o 3º lugar nos 100 e 200 metros rasos, no Campeonato Sul-americano, realizado no Chile.¹⁰ Posteriormente, foi a primeira atleta negra do Brasil a participar de uma Olimpíada, em 1948, na cidade de Londres, a primeira do pós-segunda guerra mundial.

Quando a indaguei sobre sua inserção no esporte, Melânia relatou que tinha pouco tempo para treinar, pois, assim que concluiu o antigo ginásio numa escola particular, onde tinha bolsa de estudos, ela começou a trabalhar como técnica de laboratório durante a semana, profissão que lhe permitiu “ter o seu dinheiro, não fazer falta em casa” e na qual se aposentou no Estado como patologista. Apesar de treinar basicamente nos finais de semana, ela conseguiu melhorar constantemente suas marcas nas eliminatórias e, assim, ingressar na seleção brasileira de atletismo feminino. Aqui cabe destacar um significativo aspecto na vida de Melânia naquele contexto: ingressar numa seleção olímpica representava romper com o estigma que pesava sobre o corpo da mulher negra, sempre erotizado e visto como passivo diante das opressões, sobretudo se pensarmos que o empoderamento da atleta era duplo, pois além de sua performance esportiva cada vez melhor, seus rendimentos eram provenientes de seu emprego público como funcionária de patologia de um hospital do Estado de São Paulo e de um emprego privado, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, no setor de citopatologia, Portanto, Melânia não era trabalhadora doméstica, condição vivenciada por muitas mulheres negras no pós-abolição e ainda na contemporaneidade, conforme pesquisa de Marcelo Paixão e Flavio Gomes.¹¹

Ao ser questionada sobre a reação dos pais diante da decisão de construir carreira no atletismo, Melânia disse que foi “normal”. Certamente, a infância e adolescência vividas durante o Estado Novo – período em que o ensino da educação física e esportes, bem como o ensino técnico e profissionalizante foram sistematizados e priorizados pelo governo federal – contribuíram para suas escolhas pessoais e profissionais, elaboradas

¹⁰ Cf. dados apresentados no seu currículo.

¹¹ PAIXÃO, Marcelo e GOMES, Flavio. História das diferenças e das desigualdades: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flavio (orgs). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 297-313



dentro de um campo de possibilidades, segundo sugere o antropólogo Gilberto Velho.¹² Cumpre ressaltar ainda a ascensão vivida pelo atletismo feminino naquele contexto, após grande predomínio da natação feminina, entre os anos de 1920 e 1930, visto como esporte mais adequado às mulheres. Além disso, Melânia Luz disse que seu pai foi instrutor de escoteiros e levava a família para ver os jogos de futebol do São Paulo, nos anos 40, demonstrando as singularidades do ambiente no qual cresceu; as experiências e interações culturais que teve para elaborar seus projetos individuais e, conseqüentemente, amadurecer seus gostos, preferências e interesses em que pesem as hostilidades que sofreu como mulher negra.

Quando indagada por mim acerca dos preconceitos da sociedade da época em relação à prática esportiva feminina, sobretudo nos esportes de alto rendimento, Melânia disse que nunca sentiu nada, porém relatou em seguida: “de cor sempre tem. Você sabe... Principalmente porque lá tinham umas alemãs, né? Mas a Clara era do Pinheiros, naquela época que fechou na guerra”.¹³ Melânia Luz se referiu, de maneira geral, às atletas dos clubes da colônia alemã, cujos imigrantes implantaram a cultura física em São Paulo, ligada principalmente à ginástica. Cabe registrar aqui que algumas associações esportivas da cidade, de origem germânica, tiveram suas sedes fechadas, temporariamente, já na Primeira Guerra Mundial. Posteriormente, a situação se agravou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Alguns clubes e associações deixaram de existir e seus sócios migraram para outras agremiações esportivas, caso do técnico de Melânia, Dietrich Gerner, que foi para o SPFC.¹⁴ Outros clubes mudaram seus nomes, como o Sport Club Germânia que passou a ser “Esporte Clube Pinheiros”, do qual fazia parte Elizabeth Clara Muller, citada acima por Melânia Luz.

Neste sentido, Melânia evidenciou, mais especificamente, o preconceito racial que sentiu de “Clara”, sua principal concorrente e adversária nos 100 m e 200m, integrante, inclusive, da seleção brasileira feminina de atletismo em 1948, nas Olimpíadas de Londres. Muito embora não lembrasse da discriminação de gênero na entrevista, sua memória voluntariamente irrompeu quanto ao preconceito racial, sem que eu perguntasse sobre isso. Posteriormente, ela deixou escapar mais uma vez: “o que tinha mesmo era a

¹² VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: *Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 27

¹³ Entrevista concedida à autora, em 6 de maio de 2009.

¹⁴ Para maiores informações, ver NICOLINI, Henrique. *Tietê, o rio do esporte*. São Paulo: Ed. Phorte, 2001, p. 330-340



atleta alemãzinha que sempre, sabe os alemães, ainda mais alemão, né? Mas assim entre nossa turma não existia”. Quando indaguei sobre a situação da mulher negra naquele contexto, Melânia relatou: “não vou dizer para você que foi só naquela época. Porque até hoje ainda tem discriminação. Não posso dizer muito, mas tem”.¹⁵ Levando em conta a trajetória esportiva da ex-atleta, incluindo o período em que competiu como veterana, desde 1986 até 1997, quando encerrou sua carreira, o depoimento de Melânia nos fornece indícios acerca da discriminação racial vivenciada também em outras conjunturas, ainda que hoje sentida por ela de forma mais atenuada, aparentemente. Contudo, a ex-velocista disse que o seu técnico alemão Dietrich Gerner e Gertrudes Ida Morg – outra representante da equipe olímpica de atletismo feminino do Brasil, em 1948, e com passagem rápida pelo São Paulo Futebol Clube, onde conheceu Melânia – não apresentavam a mesma atitude preconceituosa. Do primeiro lembrou a rigidez: “ele não gostava muito que a gente ficasse com os rapazes treinando essas coisas, essas brincadeiras”, demonstrando, todavia, o cerceamento da liberdade vivido pelas mulheres, o que contradiz a fala anterior da entrevistada no tocante às relações de gênero. Aspecto reforçado logo após, ao fazer uma comparação com as atletas da atualidade: “naquele tempo nós não tínhamos o que elas têm hoje... Elas têm tudo, tudo, tudo. Treinam na hora que querem. Nós trabalhávamos por aí e treinávamos... A mulher hoje tem muito mais liberdade. Se ela quiser, ela vai...”.¹⁶

Em relação a Gertrudes Ida Morg, Melânia mostrou existir, no passado, uma relação afetiva entre elas, razão pela qual guarda uma foto de “Trudes”, como carinhosamente se referiu à amiga, já falecida. Com certeza, a discriminação racial que ela sentia por parte dos alemães tornava-se mais acirrada em competições esportivas, quando afloram rivalidades clubísticas tanto entre homens quanto em mulheres. Como Melânia Luz e Gertrudes Morg foram companheiras no São Paulo Futebol Clube, durante breve período, e não concorriam na mesma modalidade esportiva, esse fator parece ter sido neutralizado neste contexto, ao contrário do que aconteceu entre Melânia Luz e Elizabeth Clara Muller, representantes de agremiações esportivas diferentes e concorrentes na mesma modalidade (100 e 200m rasos). Essa questão surgiu mais explicitamente quando a ex-atleta falou sobre a convivência com as atletas brancas do atletismo. Disse Melânia: “a pior era a Clara. Porque a Clara era de um clube de alemães mesmo: Esporte Club Germânia. Eles eram mais assim sabe... Faziam força para ganhar.

¹⁵ Melânia Luz, entrevista concedida à autora, 6 de maio de 2009.

¹⁶ Melânia Luz, entrevista concedida em 6 de maio de 2009



E a gente estava também fazendo força para ganhar.”¹⁷ Quando a indaguei diretamente se “eles” eram racistas, a ex-atleta respondeu duas vezes, como se desejasse reforçar esse ponto: “a Clara era um pouco sim. Era um pouco sim”. Esse aspecto expõe, portanto, as múltiplas faces das desigualdades entre mulheres, evidenciando a fragmentação de uma suposta unificação, a partir das tensões, concorrências e conflitos existentes entre elas em função das suas diferenças identitárias (de classe, raça/etnia, geração, nacionalidade, etc.).

Aparentemente, esse ponto de vista não é destacado quando a atleta se refere ao seu técnico alemão, no passado. Porém, de forma nebulosa, ela expressou que diante de Dietrich Gerner “tinha mais é de mostrar para ele que eu podia fazer o que ela faz. Fazia, né?”¹⁸. Sutilmente, Melânia mostrou indícios do peso que representava ter como principal adversária e concorrente uma atleta veterana, branca e descendente de alemães, como Clara Muller, naquela época. Muito provavelmente, o rígido técnico alemão, Dietrich Gerner, ao compará-la com “Clara” provocava-a, para “demonstrar” a suposta superioridade e qualidade técnica da atleta do Esporte Clube Pinheiros, sobretudo se considerarmos o ambiente no qual estes atores sociais estavam inseridos. Afinal, as Olimpíadas de 1948 se realizaram logo após o fim da 2ª Guerra Mundial e, evidentemente, as crenças e o orgulho de uma suposta superioridade ariana de muitos descendentes de alemães espalhados pelo mundo estavam seriamente abalados, fomentando ainda ressentimentos, ódios e expectativas de revanches. Neste sentido, o desejo de vingar a derrota alemã e “ir à forra” se manifestou, certamente, em hostilidades, invejas e preferências no campo esportivo brasileiro – mais ou menos intensas – por parte de Elizabeth Clara Muller e o técnico Dietrich Gerner. Como nos informa Ansart, baseado nas afirmações de Freud, as múltiplas formas de nacionalismo fornecem ao sujeito um objetivo para suas necessidades de vínculo, embasamento para sua auto-estima e orgulho pessoal, ao mesmo tempo que equilibra este vínculo pela difamação das nações rivais. Da mesma forma, conjunturas particulares de guerras favorecem, em maior ou menor intensidade, à exacerbação dos ódios.¹⁹

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 24-25





Melânia Luz, durante treinamento

Os esquentamentos em relação às atitudes de seu técnico se revelaram, igualmente, quando ela se recordou da convivência com mulheres e homens não atletas, principalmente com os quais trabalhava cotidianamente no hospital.²⁰ Inicialmente, Melânia disse nunca ter sentido preconceito de gênero pelo fato de ser praticante de atletismo. Todavia, ela afirmou, com hesitação: “primeiro eles achavam que a mulher não devia fazer esporte assim, né? Mas eu nunca senti isso não. Nunca. Eu acho que na nossa turma não tinha essas coisas assim. Sabe? Se tivesse era muito assim escondido. Mas na nossa turma de esporte eu nunca notei assim, nada. Não sei...”²¹ Posteriormente, quando questionei se as resistências eram menores na natação feminina, se existia alguma diferença²², ela respondeu: “Sabe? Tem turma que quando você viaja com alguma delegação, que tem vários esportes, né, você sente isso. Porque elas quase não se misturam. Você também não quer se chegar. Então não tem briga. Mas sempre tem uma diferença, né?”

Importante notar na narrativa de Melânia um aspecto recorrente: o fato de sucessivamente afirmar a existência de uma “turma” no São Paulo Futebol Clube, da qual faziam parte ela e outros homens do atletismo, incluindo, seu marido, atleta que foi para esse clube, posteriormente. Dessa forma, ao empregar o termo “turma”, Melânia nos fornece sinais dos fortes vínculos de amizade e solidariedade entre atletas negros do São

²⁰ Melânia Luz foi funcionária da Santa Casa da Misericórdia, trabalhando na área de citopatologia, e de um hospital do Estado, onde preparava lâminas para os médicos de patologia. Cf. entrevista concedida em 6 de maio de 2009 à autora.

²¹ Melânia Luz, entrevista dada à autora em 6/5/2009.

²² Essa pergunta foi feita levando em conta a composição da delegação brasileira feminina nas Olimpíadas de 1948, dividida entre 6 mulheres do atletismo e 5 da natação.



Paulo, homens e mulheres, fundamentais para minimizar e, até certo ponto, ocultar os efeitos da hierarquização de gênero. Ao mesmo tempo, essa convivência aparentemente harmoniosa forneceu à Melânia Luz um suporte afetivo para lidar com as discriminações raciais, a despeito das inúmeras tentativas de Dietrich Gerner de separar os homens e as mulheres do atletismo do SPFC. Com efeito, ela se referiu a “nossa turma do São Paulo” mais de uma vez. Numa das passagens da entrevista assim ela falou do marido: “ele era do atletismo. Aí ele veio para cá. A gente casou e tudo. Mas continuávamos fazendo esporte. Tinha a nossa turma, sabe? Sempre tem uma turminha, né? Às vezes, eles vinham para casa, aniversário... Casei assim, com aquela turma de esporte nossa, e sempre continuou aquela mesma turma.”²³ Em seguida, indagada sobre se havia uma diferença econômico-social entre ela e as atletas alemãs, a ex-velocista respondeu: “nunca me entrosei, essa turma com a do São Paulo, essa turma nunca estava muito entrosada com a outra turma”.

Em outra passagem, lhe perguntei se houve algum estranhamento por parte da delegação olímpica brasileira, em 1948, diante da sua presença, já que Melânia foi a primeira mulher negra do país a participar de uma Olimpíada. Ela, novamente, falou: “Não, a gente não sentia. Porque você tinha o seu núcleo, né? Eu nunca senti assim, sabe? Porque você fica mais na sua turma, né?”²⁴ Cabem aqui duas observações: se Melânia foi a primeira mulher brasileira negra presente em Olimpíadas, esse não era o caso de alguns homens negros do atletismo brasileiro que a acompanhavam, já participantes em outros Jogos Olímpicos. Na delegação olímpica brasileira de 1948, ao lado de Melânia Luz, estava ainda Adhemar Ferreira da Silva, naquela altura já pertencente ao quadro do atletismo do SPFC e que vivia igualmente a sua primeira experiência olímpica. Portanto, independentemente da diferença de gênero, ela parece ter compartilhado essa vivência inédita para uma mulher negra também com um homem negro do atletismo, o que acabou por fornecer-lhe uma identidade, permitindo que ela não se sentisse sozinha, uma vez que tinha a “sua turma”, o “seu núcleo” de identidade racial.

Dessa maneira, o termo “turma” enfatizava a cumplicidade e a coesão grupal dos homens e mulheres do atletismo do SPFC, naquela época, contribuindo para deslocar, dissolver e até neutralizar relações de oposição e dominação entre os sexos. Neste sentido, há que se rever os tradicionais paradigmas de oposição entre homens e mulheres que por muito tempo marcaram e, de certa forma, ainda balizam os debates feministas sobre

²³ Melânia Luz, entrevista feita em 6/5/2009.

²⁴ Idem.



relações de gênero.²⁵ Com efeito, a palavra “turma” assumiu inúmeros significados no depoimento de Melânia: foi utilizada, inicialmente, para manifestar tensões, conflitos e rivalidades existentes entre atletas do SPFC e de clubes alemães, das quais a relação de hostilidade racial entre duas mulheres, “Clara” e ela, foi exemplo. Por outro lado, serviu para demonstrar sociabilidades, sensibilidades e experiências comuns partilhadas entre Melânia e os homens negros desse grupo, a ponto de ocultar, ou melhor, “embaçar” as discriminações de gênero, conforme reconheceu a própria narradora. Não por acaso, a ex-atleta pouco se lembrou desse tipo de preconceito na sua narrativa. Na verdade, seus dissabores, suas diferenças e constrangimentos foram vividos e acirrados quando concorria com uma mulher branca, Elizabeth Clara Muller. Muito embora tenha sido a primeira mulher do atletismo do São Paulo Futebol Clube, fato que poderia ter gerado grande resistência por parte dos homens do clube, Melânia compartilhou e dividiu com eles momentos de prazer, alegrias e angústias. Portanto, apesar dos esforços de Dietrich Gerner para separar os homens e mulheres do atletismo do SPFC, as intimidades e brincadeiras entre eles foram surgindo nos treinos que se faziam aos domingos, nas reuniões e festas em casas de amigos, como fez questão de frisar Melânia: “a turma do atletismo era aquela turma... Às vezes tinha um rio, a gente passava e pegava as barquinhas, né? Descia um pouco o rio...”. Aos poucos, também chegaram outras mulheres negras no atletismo do São Paulo: Wanda dos Santos e Deise Jurdelina. Para além das relações de poder e subordinação que costumam marcar as diferenças de gênero, quase imperceptíveis na entrevista, foi a existência de cumplicidade e solidariedade entre a “turma” de atletismo do São Paulo Futebol Clube, experimentada com os homens negros do clube, que moldou a memória e identidade de Melânia Luz.

Alguns dos pontos presentes na narrativa de Melânia Luz surgem também na entrevista realizada com Deise Jurdelina de Castro. Embora apresentem semelhanças, essas narrativas femininas são marcadas por singularidades bem visíveis. Nascida em 18 de setembro de 1933, na zona leste de São Paulo e, posteriormente, moradora do bairro de Santana, zona norte da cidade, Deise Jurdelina de Castro participou dos Jogos Olímpicos de Helsinque, Finlândia, em 1952, na modalidade dos 200m rasos e salto em altura, logo após a participação olímpica de Melânia Luz, o que confirma a ascensão das

²⁵ Uma análise mais detalhada dos paradigmas usuais que marcaram os movimentos feministas, ou seja, a suposta igualdade entre mulheres, bem como a eterna dominação masculina exercida sobre as mulheres pode ser encontrada em COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, setembro-dezembro 2004, pp. 23-36



mulheres negras do atletismo no campo esportivo brasileiro nessa época.²⁶ No total, a delegação brasileira feminina nos Jogos Olímpicos de 1952 foi composta por 108 atletas: 5 mulheres e 103 homens. As outras representantes do Brasil eram: Wanda dos Santos (outra atleta negra) e Helena Cardoso de Menezes, ambas do atletismo, além de Piedade Coutinho e Edith Groba, da natação, também participantes das Olimpíadas de 1948.²⁷

A família de Deise Jurdelina de Castro, assim como a de Melânia Luz, era de classe média. Comparativamente, porém, a renda da família Castro devia ser maior, pois o pai e a mãe de Deise exerciam atividades remuneradas: o pai era bancário e a mãe foi professora do Instituto Profissional Feminino de São Paulo. Deise tinha dois irmãos mais velhos e estudou num colégio particular de freiras, desde os 5 anos de idade. Viveu sua infância e adolescência na intersecção de dois mundos, o público e o privado: “fui criada dentro de uma chácara, aprendendo os costumes femininos dentro de casa, cozinhar, fazer doces, muitos doces, bordando porque mamãe era professora da Escola Industrial Feminina e passava esse trabalho para mim”.²⁸ Apesar de crescer no interior de uma cultura feminina, Deise tinha uma convivência bastante próxima com os irmãos. Um deles, Darcy Teófilo Castro, foi reconhecido por ela como seu “primeiro técnico”:

“todo fim de semana mamãe deixava brincar. E nos brincávamos de correr desde Vila Matilde até a estação de E ele voltava correndo. Os nossos brinquedos eram correr, subir em árvore, pular de galho em galho, pular corda (...) Sempre fiz exercícios assim (...) Enfim, os meus irmãos eram homens, então a brincadeira era um pouco bruta.”²⁹

Seu ambiente social e cultural nos informa sobre a importância do ensino secundário para a educação das mulheres nesses tempos. Voltadas exclusivamente para o sexo feminino, muitas escolas associavam ensino profissional, comercial e doméstico, com o objetivo declarado de formar moças prendadas para o lar e, caso necessário, para o trabalho, segundo afirma Maria Martha de Luna Freire.³⁰ Para a autora, revelava-se assim certa tensão neste campo: ao mesmo tempo que se pregava a dedicação das mulheres à domesticidade, buscava-se formar trabalhadoras adequadas às demandas do

²⁶ Cabe destacar que para competir em Olimpíadas os atletas devem obter índices olímpicos nas eliminatórias de cada modalidade esportiva. Portanto, as eliminatórias, realizadas entre aquelas que detêm as melhores marcas e tempos no país, são verdadeiras “peneiras”, selecionando os melhores atletas para as Olimpíadas. Assim, são poucas as selecionadas no atletismo para as competições esportivas internacionais, a despeito da projeção no cenário nacional obtida por muitas atletas negras nessa época.

²⁷ Dados presentes em COB. *Sonho e conquista: o Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro: COB/Ed. Ouro sobre Azul, 2004, p. 143

²⁸ Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida à autora, em 7 de maio de 2009.

²⁹ Idem.

³⁰ FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 111



sistema econômico capitalista em expansão e atender aos desejos das próprias mulheres de exercer uma atividade profissional, fosse por necessidade ou para obtenção de prestígio social ou realização pessoal.³¹ Não à toa, Deise mencionou que quando saiu do colégio de freiras foi para a Escola Profissional Feminina, aos 12 anos, onde a mãe lecionava: “lá, além dos trabalhos todos femininos, bordar, costurar, pinturas, cerâmicas, nós tínhamos a parte do ginásio. Nesse programa de ginásio (...) jogávamos muito ‘barrabol’, queimada e basquetebol”.³² Depois que saiu da Escola Profissional, ela fez a Escola Industrial, curso técnico na época. Em seguida, realizou o curso normal, pois “achou que deveria ser professora de criança, pois gostava muito de criança”. Assim como Melânia Luz fez o curso profissionalizante de técnica em laboratório, Deise Jurdelina escolheu o curso normal, ambos priorizados durante o Estado Novo para promover o ensino secundário feminino de aplicação à vida prática, ou seja, com formação voltada ao trabalho e, predominantemente, destinado a mulheres de origem social mais humilde, ainda que pudesse atrair também mulheres de origem social mais elevada.³³

Logo que Deise começou a praticar esses jogos, provavelmente, ao final da 2ª Guerra Mundial, sua professora Laís percebeu seu talento para correr e saltar. Ela, então, chamou a mãe de Deise para conversar. O objetivo era pedir a permissão de D. Jurdelina de Castro para levar sua filha ao Clube Floresta, onde o noivo de Laís, Paulo Resende, era técnico de atletismo. Para obter a aprovação de D. Jurdelina, Paulo Resende lhe explicou o que era o esporte e disse que precisava fazer um teste com sua filha, Deise. Com a permissão da mãe e apresentando um grande potencial para a modalidade, Deise se tornou atleta convidada do clube Floresta, tendo a companhia de D. Jurdelina nos treinos.³⁴ Em seis meses, ela bateu o recorde sul-americano nos 200m rasos. Aos 15 anos, também havia ultrapassado o recorde brasileiro dos 800m e o recorde de salto em altura. Mesmo assim, a atleta Deise nunca deixou de bordar. Aliás, borda até hoje, pois sempre gostou como afirmou na entrevista.³⁵

Quando indagada sobre seu começo no esporte, Deise se recordou com saudades do “Floresta” – clube que, até 1942, denominava-se “Esperia”, mas, por conta da entrada

³¹ Idem, p. 112

³² Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida em 7 de maio de 2009.

³³ Cf. SCHWARTZMAN, Simon et al. *Contenção das mulheres, mobilização dos jovens*. In: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: FGV, 2000

³⁴ Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida à autora, em 7/05/2009. Na entrevista, Deise narrou que das dez meninas selecionadas para fazer o teste, sobraram apenas duas: ela e outra. O que demonstra, mais uma vez, o trabalho de garimpo, de “peinerar” jovens talentos desde a fase infantil.

³⁵ Idem.



do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, mudou o nome para “Associação Desportiva Floresta”, já que sua origem ligava-se à imigração italiana. Contraditoriamente, porém, ela disse:

“não lembro até hoje se eu fui discriminada. Fui recebida como boneca, fui muito bem treinada pelo técnico Paulo Rezende (...) Ele se dedicou profundamente aos treinamentos comigo, com muita atenção e ainda pedia ao técnico Milton, de natação, que me acompanhasse até em casa, quando ele não podia ir, pois era sua incumbência me levar até em casa. O papai não queria que eu voltasse sozinha.”

Posteriormente, ao comentar sobre suas viagens para fora do Estado de São Paulo, representando o clube Floresta, Deise enfatizou ainda mais o sentimento de nostalgia do passado:

“Fui muito querida, muito bem recebida. Se existiu alguma discriminação, alguém viu. Não sei de nada, não vi nada. Não sei se isso foi consequência da maneira que eu fui criada. Eu sempre me senti muito honrada pela minha raça. Ser negra era normal. E acredito mesmo que não houve nada nesta época. Eu estudei em colégio de freira e lá dentro eu fui discriminada. Isso eu tinha 7 anos e eu lembro. Houve necessidade do papai tomar uma atitude muito grave e comunicar o colégio. Foi também à Secretaria de Educação comunicar a perseguição que havia com as crianças negras do colégio. Isto eu lembro muito bem. E eles fizeram alguma coisa? Não. Eu era uma criança aplicada. Fazia tudo o que as freiras queriam e, inclusive, ensinava elas a bordar, só que elas não me levavam para o quadro de honra. Minhas notas eram muito boas, mas outras crianças com notas menores iam. Iam para o quadro de honra os melhores alunos da escola. Isso chamava muita atenção. E aquelas varadas que ela dava... Aí foi que eu reclamei em casa. Estava machucada no braço. Meu pai tomou as providências: a freira foi mandada embora para a Itália e o colégio continuou, eu também continuei. Tirei diploma no colégio e o colégio está lá até hoje. Mas foi a única vez que eu me lembro que houve uma discriminação.”³⁶

Nessa passagem da entrevista, as tensões e contradições na narrativa de Deise são flagrantes. Muito embora lembrasse da discriminação racial sofrida aos 7 anos, inclusive dos castigos físicos que lhe foram imputados pela freira italiana do colégio onde estudou, ela negou ter vivenciado essa situação posteriormente, por ocasião do seu ingresso no clube Floresta – clube de origem italiana –, ainda que tenha se remetido indiretamente à questão racial, quando disse: “se existiu alguma discriminação, alguém viu. Não sei de nada, não vi nada”. Em seguida, como se justificasse a irrupção de uma memória “proibida”, ligada à sobrevivência de acontecimentos traumatizantes, da qual nos fala Pollak³⁷, ela afirmou: “não sei se isso foi consequência da maneira que eu fui criada”. Nesse caso, Deise se reportava às lembranças que tinha do seu avô, Teófilo Dias de

³⁶ Ibidem.

³⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15



Castro. De acordo com sua entrevista, Teófilo Castro veio dos EUA para São Paulo, assim que tinha acabado a escravidão lá. Da primeira geração da família Castro, composta por 9 filhos, todos foram obrigados a estudar e fazer faculdade. Apesar de “passarem por problemas raciais sérios, isso nunca era levado em conta”, como recordou Deise, pois seu avô

“era bastante perseverante e fazia com que todo mundo tivesse na cabeça que nós éramos iguais a todo mundo e que tínhamos que estudar para vencer na vida. E assim aconteceu com a família toda até o presente momento. Todas as tias, tios, primos, todos tem faculdade, todo mundo estudou. Dos meus netos, uma já é formada. Meus filhos são todos formados. Ainda se mantêm aquela mesma linha. Não existe racismo. Deus criou só um homem”³⁸

Obviamente, o desejo de construir uma memória familiar baseada em lembranças positivas, compartilhadas através de gerações e muito comuns em narrativas sobre o passado, fez com que Deise Jurdelina enfatizasse certos aspectos em detrimento de outros. Dessa maneira, o episódio do colégio surgiu no relato como o único momento da sua vida em que a discriminação racial existiu e foi levada em conta, ao contrário do que ensinava o avô. Como a situação foi enfrentada e combatida na época, acabou por provocar muitos constrangimentos, transtornos e aborrecimentos a Deise e sua família. Nesse sentido, era melhor seguir o conselho do avô e negar o racismo, ou melhor, fingir que ele não existia, para preservar a sobrevivência do clã e de si mesma, como admitiu Deise, evasivamente: “não sei se isto foi consequência da maneira que eu fui criada”. Diante de futuros acontecimentos desse tipo, portanto, era preferível silenciar para não ter problemas. Porém, segundo nos informa Pollak, o silêncio tem razões bastante complexas e, muitas vezes, evoca sentimentos ambíguos. Por isso, às vezes, ele irrompe bruscamente; em outros momentos, assume formas mais sutis, já que silenciar não significa esquecer.³⁹

Assim, as alusões e negações que Deise faz em relação ao racismo no passado representam as duas faces da mesma moeda: ambas expressam reações, atitudes e sentimentos reprimidos, recalçados, já que reconhecê-los e manifestá-los significava trazer à tona mal-estar, ressentimentos e traumas, comprometendo a identidade, unidade e continuidade da família e dos seus membros. Com efeito, não levar em conta o preconceito e a discriminação racial, como fazia questão de transmitir oralmente o avô de Deise para todas as gerações, representava definir e reforçar sentimentos de pertencimento grupal. Em última instância, significava a vontade de manter a coesão e

³⁸ Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida à autora, em 7/05/2009

³⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 3-15



coerência interna da família Castro. Assim, aquilo que precisamente não foi dito, não foi proclamado; aquilo que foi negado se constituiu, entretanto, como um móbil das suas atitudes, concepções e percepções sociais, conforme expressa Pierre Ansart acerca das relações entre memória e ressentimento.⁴⁰ Além disso, o mito tão propalado da democracia racial, difundido durante a ditadura varguista, certamente, contribuiu para a ocultação dos preconceitos e das discriminações, exercendo grande influência sobre diferentes segmentos da sociedade na época. Em que pese as atitudes de resistência e enfrentamento promovidas por associações negras nessa conjuntura, não se deve negar a possibilidade de penetração desta ideologia entre diversas camadas, inclusive entre a população negra.

Nesse sentido, cabe aqui uma indagação: a despeito dessas memórias de gênero se aproximarem quanto à discriminação racial, por que Melânia Luz e Deise Jurdelina, atletas coetâneas, reagiram de forma tão diferenciada a este estigma? Enquanto Melânia Luz, atleta do São Paulo Futebol Clube, reconheceu a existência de atitudes racistas naquele contexto, ainda que suavizadas por fazer parte de uma turma de atletas negros, por que Deise Jurdelina decidiu negá-los? É possível dizer que o ambiente familiar e esportivo no qual Deise Jurdelina cresceu exerceu sobre ela um peso determinante, a ponto de fazer com que ela ignorasse ou “esquecesse” o racismo? Talvez, encontremos as explicações ao compararmos as carreiras esportivas das duas atletas em questão.

Enquanto Melânia Luz iniciou sua trajetória já com 17 anos, no interior do São Paulo Futebol Clube, associação esportiva que já tinha muitos atletas negros no quadro do atletismo, esse não foi o caso de Deise Jurdelina de Castro. Lembremos que sua carreira esportiva começou no clube Floresta, segunda denominação da agremiação italiana “Esperia”, que assim passou a ser chamada logo depois do Brasil ter declarado guerra aos países do Eixo, em 1942. Seus silêncios e esquecimentos, portanto, remontam às experiências vividas na infância e adolescência. Afinal, ela começou sua trajetória esportiva por volta dos 13/14 anos, no então recém fundado clube Floresta, cujos sócios eram italianos em sua maioria e tinham acabado de ser derrotados na guerra. Desprovida de relações de amizade e solidariedade que pudessem lhe fornecer amparo e identidade racial num clube de origem italiana, Deise Jurdelina preferiu não ver o racismo, ou melhor, “não levá-lo em conta”, como enfatizava seu avô, para assim conseguir

⁴⁰ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 29



sobreviver na agremiação como atleta convidada e, então, elaborar um projeto. Daí ter dito: “se houve discriminação, alguém viu. Eu não vi nada”. Enfrentar os preconceitos e discriminações, portanto, seria ressuscitar velhos fantasmas e aborrecimentos; reviver fatos traumatizantes que abalavam a unidade familiar e que tanto causaram constrangimentos, ressentimentos e sofrimentos, como no episódio de que foi alvo no colégio, aos 7 anos. Conforme nos alerta Pollak, as vítimas de questões graves muitas vezes preferem se abster de falar, de se exprimir publicamente, por isso as razões de tais silêncios são compreensíveis.⁴¹ Não podemos esquecer também, segundo destaca Norbert Elias, do peso que imagens depreciativas exercem sobre indivíduos/grupos *outsiders*, sobretudo crianças, e como elas marcam sua auto-imagem.⁴² Este aspecto surge ao longo do seu depoimento, recorrentemente. Em outra passagem, Deise assim respondeu, quando questionada se recebia algum apoio material, ajuda de custo do clube:

“nada, nem o dinheiro da condução(...) Tudo o que a gente comia era feito em casa, levava-se lanche. Eu ia treinar e levava lanchinho. Mesmo quando a gente comia algum lanche no Floresta, era o técnico que pagava(...) Quando treinávamos muito, a gente podia tomar um copo de leite, mas isso era pago do bolso dele (treinador). Isso era coisa muito rara. Era uma entrada livre, eu não lembro de associado discriminar, não havia nada disso. Pelo contrário, eles tinham bastante orgulho porque eu só dei títulos bons e até hoje eles tem uma placa de bronze na pista do atletismo me homenageando. Está lá até hoje. Lá foi um lugar maravilhoso na iniciação do meu esporte. Eu precisei sair porque acabou o contrato do meu técnico (Paulo Resende) e ele foi para o Palmeiras”.⁴³

Possivelmente, a afetividade e solidariedade existentes entre o treinador Paulo Resende e suas atletas convidadas (não associadas do clube Floresta) eram os únicos vínculos que garantiam a permanência e a proteção delas em clubes de comunidades estrangeiras, sobretudo de imigrantes alemães e italianos. Tal fato torna-se ainda mais verossímil se considerarmos que Deise Jurdelina “precisou sair” do clube Floresta para o Palmeiras justamente “porque tinha acabado o contrato de seu técnico com o Floresta e ele foi embora para lá”. Porém, ao se recordar desta transferência, Deise Jurdelina disse:

“eu já estava mais mocinha e havia críticas que eu ia sofrer horrores no Palmeiras. O Palmeiras não aceitava ninguém negro. Eu já havia batido o recorde sul-americano e aí a mamãe achou que eu não deveria parar o esporte, mesmo que continuando no Floresta com alguém. Mas acontece que eu fui para o Palmeiras. Estava na época em que o Dr. Mauro era o presidente. Se eu fui feliz no Floresta, foi igualzinho no Palmeiras. Fui recebida maravilhosamente(...) Tudo o que houvesse de necessidade – médico,

⁴¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 3-15

⁴² ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 28

⁴³ Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida em 7 de maio de 2009.



enfermeiro, massagista – tinha todos os profissionais que me atendiam. E lá eles davam refresco depois do treinamento. O tratamento era igual ao dos jogadores. Só que nós não tínhamos nada pela parte profissional. Uma atenção maravilhosa (...)”.⁴⁴

É provável que, passados alguns anos após o fim da 2ª guerra, a transferência de Deise para um clube também de origem italiana – a primeira denominação do Palmeiras foi “Palestra Itália”, modificação ocorrida pelo mesmo motivo das demais – tenha acontecido em função da diminuição dos ressentimentos de teor nacionalista, apesar da desconfiança de alguns contemporâneos que a alertaram sobre a existência de racismo no Palmeiras. No entanto, a mudança na presidência desse clube, aparentemente, para uma gestão mais democrática, a ida do seu técnico para lá e a consciência adquirida das suas capacidades e qualidades técnicas, aproximadamente aos 19 anos, portanto, já na fase adulta, acabaram lhe proporcionando um “empoderamento”. Com certeza, esses foram os motivos que a levaram a competir nos Jogos Olímpicos de 1952, como atleta “do Palmeiras”. Junto à Deise Jurdelina, estava Wanda dos Santos, atleta negra do São Paulo Futebol Clube, especialista nos 80 m com barreiras. Além delas, Helena Cardoso de Menezes, do atletismo do Fluminense, participava pela segunda vez consecutiva em Olimpíadas. O restante da delegação olímpica feminina era formado por duas nadadoras cariocas: Piedade Coutinho, que competia pela terceira vez seguida neste evento, e Edith Groba, que já havia participado dos Jogos de 1948.⁴⁵

Com relação à experiência de Deise Jurdelina de Castro nas Olimpíadas de 1952, em Helsinque, nota-se outro fato curioso. Apesar de “negar” a existência de relações racializadas no campo esportivo brasileiro, a ex-atleta não deixou de destacar o racismo norte-americano nesta edição dos Jogos Olímpicos. Neste caso, Deise relembrou, com revolta, o “aborrecimento” que tiveram as atletas olímpicas brasileiras. Muito embora chegassem dois dias antes da delegação olímpica dos EUA, as atletas do Brasil receberam um aviso: deveriam abandonar o segundo andar do alojamento feminino para cedê-lo às atletas brancas norte-americanas. Deise assim se recordou do episódio: “quis voltar para o Brasil, porque eu não estava aceitando o que tava acontecendo. Era a separação que o americano estava impondo na Europa: separar as raças (...). Os EUA estavam nos obrigando a ir para o quinto andar. E foi aceito pelo sr. Padilha (chefe da delegação brasileira), ele concordou”.⁴⁶ Quando a indaguei sobre o motivo dado pela delegação

⁴⁴ Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida à autora, em 7 de maio de 2009.

⁴⁵ Dados obtidos em COB. *Sonho e conquista: o Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Op.cit., p. 143-145

⁴⁶ Idem.



olímpica americana, ela disse: o argumento era que eles não queriam ninguém da raça negra junto com as meninas brancas dos EUA. Logo em seguida, Deise afirmou: “eu pedi meu passaporte para retornar ao Brasil (...) eu pedi para ir embora, teve de haver outra reunião. Provoquei um problema muito sério, porque eu não iria mais correr. Aí houve a reunião e nós continuamos no segundo andar”.⁴⁷

A tentativa de segregação racial por parte dos americanos, que viviam este apartheid no seu país, se manifestou novamente, nos Jogos Pan-Americanos, ocorridos três anos depois, no México. Neste evento esportivo, Deise Jurdelina obteve a medalha de prata, no salto em altura, com a marca de 1.59m, ficando à frente das americanas no pódio.⁴⁸ A vitória brasileira diante dos EUA provocou uma manifestação ostensiva por parte das atletas americanas, como recordou Deise:

“quando tocou o hino brasileiro, quando as americanas perderam de mim, elas falavam em inglês xingando o Brasil, com palavrões, e nós tínhamos que nos comportar caladinhos(...) Acabou tudo aquilo e foi o momento da concentração. No elevador, elas estavam no quinto andar e nós no terceiro. Entrou todo o mundo, elas encostaram na porta e não me deixaram passar. Ali, eu precisei vir embora para o Brasil. Foi uma coisa desagradável(...)”.⁴⁹

Interessante notar as reações de insatisfação e revolta da ex-atleta brasileira nas duas competições internacionais, em 1952 e 1955: em vez de calar diante das manifestações e provocações de cunho racial das norte-americanas, suas adversárias diretas, como habitualmente fez durante sua carreira no Brasil, a pedido do avô, Deise preferiu dar vazão às suas contestações, raivas e reivindicações. Com certeza, a irrupção de ressentimentos e descontentamentos acumulados no tempo, que ela jamais expressou publicamente no seu próprio país – quem sabe, também reforçados pela crença de que no Brasil se vivia uma democracia racial – ocorreu numa conjuntura externa, fora do seu país de origem. Portanto, conforme afirma Pollak⁵⁰, é fundamental perceber, em relação às memórias individuais e coletivas, que as fronteiras entre os não-ditos e os ditos, entre silêncios e esquecimentos não estão estanques, mas sim em perpétuo deslocamento, conforme as circunstâncias lhe são favoráveis ou desfavoráveis.

Por fim, cabe destacar que, em 1953, Deise Jurdelina se transferiu para o São Paulo Futebol Clube, pois seu namorado era desse clube, onde praticava o atletismo. O namoro durou pouco tempo e eles se casaram logo depois, em 1955. Após um ano, nasceu o filho

⁴⁷ Deise Jurdelina de Castro, entrevista concedida à autora, 7 de maio de 2009.

⁴⁸ Cf dados obtidos através da CBat (Confederação Brasileira de Atletismo) em <http://www.cbat.org.br/estatisticas/medalhas/panamericano.asp>

⁴⁹ Deise Jurdelina, entrevista feita em 7 de maio de 2009.

⁵⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Op. cit.*, p. 3-15



do casal, Fábio. Deise encerrou a carreira esportiva em 1956 para se dedicar ao filho e à prática religiosa da umbanda.⁵¹

Os aspectos descritos acima demonstram, portanto, as atitudes afirmativas dessas atletas frente aos sistemas normativos de poder, bem como seus silenciamentos e consentimentos, a despeito das inúmeras resistências e restrições encaradas principalmente pelo atletismo feminino, visto com reservas pelo artigo 54, do Decreto Lei n. 3199, de 14 de abril de 1941.⁵² Apesar dos cerceamentos existentes podemos imaginar então as margens de manobra e negociação articuladas pelas praticantes do atletismo no interior de seus clubes, principalmente quando atingiam os índices olímpicos estabelecidos para suas especialidades, performance conseguida apenas por poucas atletas. Diante de uma realidade social racializada a qual se somavam os treinos, as viagens e competições e, não raramente, o trabalho remunerado em alguma atividade, o alto rendimento físico destas mulheres negras, possivelmente, funcionava como forma de alavanca para galgar posição e prestígio no campo esportivo brasileiro, sobretudo se considerarmos que elas começavam a representar o nome do país na maior competição internacional. Seus investimentos, deslocamentos, vivências, trajetórias e ações contribuíram, portanto, para uma re-significação do corpo feminino negro, aqui entendido como “lugar de memória” e resistência ao anonimato, esquecimento e à exclusão. Por outro lado, seus excelentes resultados deviam suscitar rancores e discriminações de todos os tipos, se levarmos em conta que ao preconceito de gênero se somavam as acusações de uma “sexualidade duvidosa” e os estigmas de classe e raça/etnia sentidos por atletas negras, de situação remediada, como foi o caso de Melânia Luz.

⁵¹ Deise Jurdelina de Castro, entrevista feita em 7 de maio de 2009.

⁵² Através desta lei se estabeleceu que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições da sua natureza, devendo o Conselho Nacional de Desportos (instituição criada pelo artigo primeiro do mesmo decreto lei e destinada a orientar, fiscalizar e incentivar a prática desportiva em todo o território nacional) baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Logo depois, em 2 de setembro do mesmo ano, a 4ª sessão ordinária do Conselho Nacional de Desportos (CND) aprovava o projeto do conselheiro General Newton Cavalcanti, que formalizava as seguintes regras para os desportos femininos: as corridas de velocidade serão permitidas até 200m; revezamento até 400 metros (4x100) e as barreiras com o percurso diminuído e de menor altura, sendo, no entanto, proibidas as de meio fundo, fundo e ‘cross country’; – saltos: permitir unicamente os em largura e altura. Não devem ser permitidos os saltos com vara, em profundidade e tríplexes; – lançamentos: deverão apenas ser executados os de peso, disco e dardo, sendo que o peso de todos eles dever ser inferior ao dos usados pelos homens. Interditar o lançamento do martelo; pentathlon, decathlon, lutas e boxe; esgrima, remo, natação, saltos ornamentais, hockey, golf, patinagem, equitação e tiro de pistolet são esportes individuais que devem ser praticados pelo sexo feminino. O remo, porém, não deve ser praticado em competições e só será utilizado como meio de corrigir certas deficiências orgânicas. Quanto aos desportos coletivos os mais aconselháveis para a prática do sexo feminino são os de peteca, péla, tênis, voley e basket-ball, sendo que este último deve ter os seus campos e tempos reduzidos. Neste gênero deve ser terminantemente proibida a prática de futebol, rugby, pólo e water-polo, por constituírem desportos violentos e não adaptáveis ao organismo feminino.



De maneira fugidia, Melânia disse na entrevista que sentia o “preconceito de cor”, principalmente de algumas mulheres do atletismo, descendentes de imigrantes alemães, pertencentes ao quadro de atletas do Sport Club Germânia, agremiação paulista, atualmente denominada Sport Club Pinheiros em função da mudança de nome feita durante a Segunda Guerra Mundial. Atleta do São Paulo Futebol Clube, Melânia Luz se referia mais especificamente a Elizabeth Clara Muller – do clube Germânia, sua companheira nas Olimpíadas de 1948 e, ao mesmo tempo, concorrente na modalidade de 100 e 200m. Quando indagada sobre a convivência com as mulheres brancas do atletismo, ela relatou: “a pior era a Clara. Porque a Clara era de um clube de alemães mesmo”. Insistindo na pergunta, tentei esclarecer em que sentido ela empregou a palavra “pior” e questionei se Clara Muller era racista. Então, ela respondeu afirmativamente, mais de uma vez: “a Clara era um pouco sim. Era um pouco sim”.⁵³ Além disso, Melânia disse “nunca me entrosei com esta turma” ao se referir às atletas alemãs do Germânia. Em seguida, falou: “só quando tinha competição mesmo. Que nem quando tem Troféu Brasil, Sul Americano, aí a turma tem que treinar junto mesmo, né? Digo cada um na sua”.⁵⁴ Como se pode perceber, Melânia usa a palavra “turma” com um duplo sentido. Embora a utilize para expressar uma eventual coesão entre atletas brasileiras, em caso de disputas esportivas internacionais, na maioria das vezes ela deixa claro o afastamento que existia entre as atletas do São Paulo e as “alemãs” do clube Germânia.

Neste sentido, ao analisar estas diferentes histórias de vida, por meio de suas narrativas orais, foi evidenciado como se opera a construção de alteridades entre as próprias mulheres, em diferentes contextos históricos, haja vista que em nenhum momento elas devem ser entendidas como uma categoria homogênea, principalmente se levarmos em consideração as relações de gênero e raça no pós-abolição.⁵⁵

Data de submissão: 31/10/2019

Data de aceite: 26/03/2020

⁵³ Entrevista concedida à autora, em 3 de maio de 2009.

⁵⁴ Idem

⁵⁵ SOIHET, Racquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 1997. p. 277-279



Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e história. In: ABREU, Martha e SOIHET, Racquel. (orgs.). **O ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

COSTA, Suely Gomes. **Movimentos feministas, feminismos**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, setembro-dezembro 2004, pp. 23-36

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

NICOLINI, Henrique. **Tietê, o rio do esporte**. São Paulo: Phorte Editora, 2001.

PAIXÃO, Marcelo e GOMES, Flavio. História das diferenças e das desigualdades: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flavio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína(orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SCHUMAHER, Schuma e VITAL BRAZIL, Érico. **Suor e raça a caminho do pódio. Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon et al. Contenção das mulheres, mobilização dos jovens. In: **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: FGV, 2000

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS CORPO, abril de 1996, 3ª edição, mimeo.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH, n.54, vol.27, jul-dez 2007.



SOIHET, Racquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 1997.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: **Individualismo e cultura**. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

